



SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES
DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REGIONAL,
EMPRESAS PÚBLICAS, CONCESSIONÁRIAS E AFINS

Rua D. Luís I, 20 F 1249-126 Lisboa
Tel: 210 958 400 — Fax: 210 958 469
stal.nacional@stal.pt — www.stal.pt

SINDICATO
DOS TRABALHADORES
DO MUNICÍPIO DE LISBOA



Rua de S. Lázaro, 66 1º Dtº 1150-333 Lisboa
Tel: 21 888 54 30 — Fax: 21 888 54 29
stml@stml.pt

RESOLUÇÃO

Os trabalhadores da Administração Local presentes na manifestação em Lisboa, a 22 de Abril, exigem a imediata eliminação da sobretaxa extraordinária de IRS e o aumento do salário mínimo; a publicação dos ACEP já assinados, que consagram as 35 horas; o fim da exploração do trabalho sem direitos com a regularização dos vínculos precários e de todas as formas irregulares de trabalho, incluindo os chamados «contratos de emprego e inserção».

Tal como em toda a Administração Pública, os salários dos trabalhadores da Administração Local não são atualizados há seis anos. As suas carreiras foram destruídas e as progressões estão congeladas.

A isto somam-se os cortes salariais ditos «provisórios» mas que perduram, o aumento das contribuições sociais e a subida brutal e continuada dos impostos sobre os rendimentos do trabalho e do consumo, a redução brutal do valor do trabalho extraordinário e os efeitos do aumento do custo de vida.

Em consequência, o poder de compra dos nossos salários caiu mais de 25 por cento de 2010 para cá. O valor actual do salário mínimo e os baixos salários na Administração Local não permitem fazer face ao custo de vida e grande parte dos trabalhadores vive com as suas famílias abaixo do limiar de pobreza.

Sacrifícios insuportáveis

Deste interminável ataque às condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da Administração Local, conduzido pelo Governo PSD/CDS-PP, a coberto dos ditames da troika e da sr.^a Merkel, apenas têm resultado sacrifícios cada vez mais insuportáveis para todos nós.

Ao contrário do que diz a propaganda do Governo, o País não está melhor:

- A dívida pública continuou a aumentar (os encargos anuais com juros são já superiores ao orçamento do Serviço Nacional de Saúde);
- O desemprego não para de aumentar, obrigando centenas de milhares de pessoas, sobretudo jovens, a emigrar;
- A Administração Local, os serviços públicos essenciais e o próprio Estado, veêm-se sem meios de cumprir as suas funções, contribuindo para o empobrecimento do

País, a desarticulação do Estado de Direito e a miserabilização das condições de vida dos trabalhadores, especialmente na Administração Local.

- A economia está estagnada e não há quaisquer sinais de saída da crise, o investimento público é inexistente e o resultado dos sacrifícios que nos são impostos é canalizado para o sector bancário e para a dívida.

Declarações como «o País está melhor, os portugueses é que estão pior» ou «temos os cofres cheios» só podem ser consideradas como injuriosas para a generalidade dos portugueses, os quais passam pelas maiores dificuldades desde a Revolução de 25 Abril.

A sobretaxa extraordinária de IRS criada em 2011, com carácter supostamente temporário, e que o governo pretende tornar permanente, ofende os mais elementares princípios de justa distribuição dos rendimentos e da igualdade social.

Assim, como medidas imediatas exigimos o fim da sobretaxa extraordinária, a actualização do Salário Mínimo e o início de um processo de valorização de salários de acordo com a Proposta Reivindicativa da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública.

Ao mesmo tempo, o Governo intensifica a ofensiva destruidora dos serviços públicos e do sector empresarial do Estado, vendendo ao grande capital empresas estratégicas para o País, e colocando sob controlo privado importantes sectores da esfera pública municipal como a água e os resíduos.

Fim ao trabalho escravo

Hoje, dezenas de milhares de desempregados são abusivamente utilizados para necessidades permanentes de serviços de entidades da Administração Local.

Os chamados «contratos de emprego e inserção» são formas de autêntico trabalho escravo, que exploram a situação de absoluta carência e desespero dos desempregados.

O STAL e o STML exigem o fim deste intolerável regime, bem como de todos os vínculos precários, com a consequente integração dos trabalhadores nas entidades em que desempenham funções de carácter permanente, com todos os correspondentes direitos.

É obrigação da sociedade e de todas as entidades, exigir do Governo a criação de mecanismos de regularização de tal situação.

Pela autonomia do poder local

Em vésperas das comemorações do 41º Aniversário da Revolução dos Cravos, os trabalhadores da Administração Local salientam os inestimáveis serviços prestados pelas autarquias e pelos seus trabalhadores no apoio às populações e como factor de desenvolvimento do País.

Condenamos as vergonhosas ingerências na autonomia do Poder Local e repudiamos as tentativas de reduzir as autarquias a meros instrumentos de execução das políticas do Governo, com o objectivo de as tornar em repartições do poder central.

Denunciamos o bloqueio ilegal dos ACEP, numa intervenção abusiva do governo nos processos de contratação colectiva, com pressões e chantagens inaceitáveis sobre os

municípios que livre e legitimamente assinaram acordos com os sindicatos, procurando assim o governo impedir a manutenção das 35 horas de trabalho, e impôr a adaptabilidade e o banco de horas.

Acordos assinados não podem ser congelados!

Urgente mudança de política

Portugal continuará a afundar-se com o prosseguimento destas políticas.

Por isso, é urgente correr com este Governo e lutar por uma verdadeira mudança na condução dos destinos do País.

Uma mudança que promova o emprego com direitos e salários dignos.

Uma mudança que garanta o acesso aos serviços e bens essenciais em condições de igualdade.

Uma mudança que rompa com os constrangimentos externos e afirme a soberania nacional, condição indispensável para abrir caminho ao progresso económico e social de Portugal.

Os trabalhadores da Administração Local concentrados frente ao Ministério das Finanças reclamam e exigem:

- **A imediata eliminação da sobretaxa extraordinária de IRS** (que penaliza gravemente os rendimentos do trabalho e das pensões) e o aumento do salário mínimo;
- **A imediata publicação dos ACEP**, livremente celebrados com as autarquias, pondo-se cobro ao bloqueio ilegal imposto pelo Governo e ao seu comportamento chantageador, prepotente e inconstitucional;
- **A imediata revogação do regime legal dos contratos de emprego e inserção e a regularização da situação destes trabalhadores**, sempre que desempenhem funções permanentes.
- **O imediato início de um processo de valorização das carreiras profissionais e dos salários na Administração Pública**, que reponha o poder de compra perdido e dignifique os trabalhadores.

Lisboa, 22 de Abril de 2015
PI'As Direcções do STAL e do STML